0Ä□ *ÜHÜ˜ □□□†Ä0Ä□□□1 0□□ `ÜH□e□□□□0Ä□ *ÜHÜ˜ □□□†Ä$Ä□Ç□Ë

PORTARIA nº 44/2019 - 35ª PJ (SIMP nº 009043-001/2019) (Mov. 920037)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, pelo Promotor de Justiça no final assinado, titular da 35ª Promotoria de Justiça Especializada em Conta Pública, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III da Constituição da República; arts. 25, inciso IV, 26, inciso I e 27 da Lei 8.625/93 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; arts. 60, inciso VI, letra "b" e "d", 61, 62 e seguintes, da Lei Complementar Estadual 416/2010 – Lei Orgânica do MP/MT, art. 8º, § 1º da□Ç□Ë Lei 7.347/85 – Lei da ACP e art. 17 da Lei 8.429/92 – LIA, observando ainda o contido na Resolução nº 10/2007-CSMP de 18/12/07 e também …

1. **Considerando** ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa de ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88);

2. **Considerando** ser função institucional do Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos órgãos da Administração Pública em geral, quanto aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições e das garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na legislação em geral (art. 27 e incisos da Lei nº 8.625/93);

3. **Considerando** que compete ao Minist&e□Ç□Ëacute;rio Público promover o Inquérito Civil e os demais instrumentos legalmente previstos para reparação de danos ao erário, defesa da probidade administrativa e anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou a moralidade administrativa (art. 37 § 5º da Constituição Federal; art. 25, IV, "a" e "b" da Lei nº 8.625/93-LOMP; arts. 1º e 3º da Lei nº 7.347/85-LACP e art. 60 e seguintes da LCE 416/2010);

4. **Considerando** ser dever do Ministério Público a repressão aos atos que importem enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário ou violem os princípios da Administração Pública (Lei nº 8.429/92);

5. **Considerando** que as informações prestadas pelo Município de Cuiabá não foram satisfatórias, pairando duvidas sobre a execução dos serviços de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfálticas nos bairros Nova Esperança e Jardim Industriário, bem como □Ç□Ëque as obras já teriam iniciado pela Construtora Nhambiquaras Ltda, no ano de 2016 (CP 14/2016), mas não foi concluída e agora, está ocorrendo nova licitação (Edital 08/2018, processo 15.176/2018) para serviços idênticos, já realizados.

6. **Considerando** que existem nos autos elementos iniciais que justificam a instauração de inquérito civil para apurar fato autorizador da defesa e tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público ...

RESOLVE: INSTAURAR **inquérito civil** para apurar eventuais atos de improbidade administrativa, de danos ao erário ou promover a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público ou a moralidade administrativa, em face da conduta do **Secretário Municipal de Obras e do Município de Cuiabá** e, por ser necessária a complementação de informações visando colher elementos para identificação e melhor delimitação dos investigados, dos fatos e do objeto da apuração, **determino** as seguintes providências:

1. - retificação da autuação com anotações devidas no sistema, dando-se publicidade na forma da legislação;

2. - seja oficiado à Secretaria Municipal de Obras, encaminhando-se cópia da presente Portaria de IC, requisitando informações sobre a execução das obras mencionadas, com encaminhamento de todo o processo de liquidação de despesas delas.

Após a juntada de documentos, conclusos para nova apreciação.

Cuiabá-MT, 05/11/2019. Célio Fúrio – Promotor de Justiça.[1]

[1] - Assinado digitalmente pelo programa BRy Signer Web PKCS1, com certificado emitido por AC SOLUTI Multipla ACS PF A3 Titular (CN): CELIO JOUBERT FURIO – Promotor de Justiça. Usuário: 11891708146D5CB1 e pode ser confirmado pelo site *https://transparencia.mpmt.mp.br/pagina.php?id=172*

†Ä0Ç□í0Ç□z†□□□□□□□□â□□□m\±0 □ *ÜHÜ˜ □□□□0Åâ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ □ ICP-Brasil1402□□U□□□+Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v21□0□□□U□□□ AC SOLUTI1□0□□□U□□□□AC SOLUTI Multipla0□□ 170814211000Z□ 200814211000Z0Åœ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ □ ICP-Brasil1402□□U□□□+Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v21□0□□□U□□□ AC SOLUTI1□0□□□U□□□□AC SOLUTI Multipla1□0□□□U□□□□Certificado PF A31(0&□□U□□□□CELIO JOUBERT FURIO:314034501100Ç□"0 □ *ÜHÜ˜ □□□□□Ç□□0Ç□ □Ç□□¬®DÁû˜®câ-#ÊüHæcY<□^ÕÙ"©[(≠>è%Kïgúí0'°Ω"D©€ãïSqÕ/^Ó:□·□kõ#á™˜□ı/*9Ê=≥ZØl∞ã/□Û ËÀµ ¸□»bÉ1\pë< oc+v¯ã5·˙ÔS˜öl\□5DOΔ guó™URB¯Œ°;§□jƒF-»4– ◊~¶òà,„ ÛÊ"»JC°Δ'Œ8áÑò¶□□TB~5rÚµ°!Hf□u□c}*TUœPï™Ωãπ˙□∑LÑèöv‡ü©öÚ□Äj,¿"Ö,¶Â□¶«*„,È□3L V?□Δ° å› W¢7"∏Dõâ≠fi€_ÿ3A7"ß#nµ□□□□£Ç□¥0Ç□∞0T□□+□□□□□□□□H0F0D□□+□□□□□0□Ü8http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v1.p7b0□□□U□□□□□□Ø□5F›_,o®W◊+«~+I%—í1ı0 □□U□□□□00□□□U□#□□0□Ä□5Æ1□^"zOX¸4®□gó ƒõ□0^□□U□ □W0U0S□□`L□□□%0I0G□□+□□□□□□□□;https://ccd.acsoluti.com.br/docs/dpc-ac-soluti-multipla.pdf0Åfi□□U□□□Å÷0Å"0>†<†:Ü8http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v1.crl0?†=†;Ü9http://ccd2.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v1.crl0P†N†LÜJhttp://repositorio.icpbrasil.gov.br/lcr/ACSOLUTI/ac-soluti-multipla-v1.crl0□□□U□□□□˘□□□□□‡0□□□U□%□□0□□□+□□□□□□□□□+□□□□□□□0Åú□□U□□□Åî0ÅëÅ□celio.furio@mpmt.mp.br†>□□`L□□□†5□318121 □ *ÜHÜ˜ □□□□□Ç□□□≠,/ZŒ›®'É›□□√0ø'□Ç/BTé□x;vW□`ïfi□êYpGrDçÓLWò#d□,))»J□d˚"êK"™□ y6l2f^–Gà‹õ□@□ËX˙◊·44π¬"[ï□Ù*□€ □πHÁ¥oı≥≠p?N|Â;©÷flò›(H≠íò°"~wÜ^□ƒæ2□□—åin^Ã\U2=%]ßª)¥ÓøGÎ¸ÁŒU¢;®Xy!Nfiî–Áq±□d5iÍ› o€ì>>¡ïø^‹àƒJWx,,Æ$ÂÒõ˜–□\.ñhG¨=ÜÑë≈"ÜH)π)□Q%□\‡v-Ucd»Ç/"â∏ã˚ûÓ□ın °iI·{S^ë*'□(sY®pÀ=\÷¡¢¥‡"SY!LÛ∑È□=6˙□µÛ@√}1ú_|□F^^Èñ?œ`ã¸«ä□38□ÒΔ"˜cAŸ□D□"EK,□!«ƒr□≈□ŸÁS£ÄÛ|µì≤SÖ9ÕÎ'ªK□õd\±<≤fÜMY□dAá)'.ü+"^ıL'û#□□#¬üzS'√'{□Ü¿BNÔÕh`®YŸd¸ □"˜dVèian√Ãu□fl'4V‡√≥"|m{Wø□x"™"˜>j∏R è¯Y{ÍU ÙÂ#Ú|ñ*Ó¶^ïo?îUMn¸|ê^≥□^□l… §ßÖÑ÷ïHo □]©âì0Ô`□Œîåb¥ãp□CLà□n˜√ôí5Ë1Ç□√0Ç□ø□□□0Åñ0Åâ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ □ ICP-Brasil1402□□U□□□+Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v21□0□□□U□□□ AC SOLUTI1□0□□□U□□□□AC SOLUTI Multipla□□□â□□□m\±0□□ `ÜH□e□□□□†Ç□^0□□ *ÜHÜ˜ □ □1□□ *ÜHÜ˜ □□□0□□ *ÜHÜ˜ □ □1□□ 191106181044Z0/□ *ÜHÜ˜ □ □1"□ üÚêMêÛıæ#s›>'□VD"ì{>4`/!Ha□bÁ□ññ0□□□*ÜHÜ˜ □ □□□1p0naContent-Type: text/html Content-Disposition: attachment;filename="Descri√ß√£odoMovimento.html" □ *ÜHÜ˜ □□□0Åî□□*ÜHÜ˜ □ □□□1ÅÑ0ÅÅ□□`L□□□□□□0/0□□ `ÜH□e□□□□□ ÄflË□*äÁbÕ6□Sr)"3.·□dŸí□mÑ|G»°áú"0D0B□□*ÜHÜ˜ □ □□□□3http://politicas.icpbrasil.gov.br/PA_AD_RT_v2_3.der0Å⁄□□*ÜHÜ˜ □ □□/1Å 0Å«0Åƒ0Å¡□ ø,$□πÍ†E¶m ˘%[h□ó† □∑¥à□Ev'ék˜3□0Åú0Åè§Åå0Åâ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ □ ICP-Brasil1402□□U□□□+Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v21□0□□□U□□□ AC SOLUTI1□0□□□U□□□□AC SOLUTI Multipla□□□â□□□m\±0□□ *ÜHÜ˜ □□□□Ç□HŒ áÀı□□Cä–1c≤□~≤∏Œ'á,à«"›Í°O—>!ŒüLpÛØ˙ÍFwQ?}ñi‰Ufl^©ô·4Ê¡))pR□ä)□Ç,ÓÈ0˜õ5ë ≈□L§ò2Ä√IUsï□,§s„HÜQ\vÚ4□O¸ ˘Δl¥□#≤HP@rÇÏĴ¯?»Oà<±LQÑ-˘¥ıh]±€Vuã!9†›□± □ÜP]≥«∞û÷]}ø≠Uê□ëÁ{□‹□óc□□}c□ßü≤fiö ù¨j"KÚÛn> □□Iôµy□□V<□¡—B'>ïf□□□"□□ª"≥O›U'≥Œ›□yÂ˜‡⁄□□≈fij"1'¶∂•ΩÁö◊%Δ'□°Ç□ü0Ç□ô□□*ÜHÜ˜ □ □□□1Ç□ä0Ç□Ü□ *ÜHÜ˜ □□□†Ç□w0Ç□s□□□1□0 □ `ÜH□e□□□□□0Ç□t□□*ÜHÜ˜ □ □□□†Ç□c□Ç□_0Ç□[□□□□□`L□□□010 □ `ÜH□e□□□□□□ ˆ1 Z ®èÆÆÚ°#k+K§Düœ°è∑î□_qTI Hz□□□4'°□□20191106181048.946Z0□Ä□□X□□ß/□MÛXl-†Å□§ÅÌ0ÅÍ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ ICP-

Brasil1□0□□□U□□□336831110001071(0&□□U□□□Certificado de Carimbo do Tempo1□0□□□U□□□ARSERPRO1;09□□U□□2Autoridade Certificadora da SERPROACF TIMESTAMPING1301□□U□□*SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50110†Ç□á0Ç□É0Ç□k†□□□□□□□A0 □ *ÜHÜ˜ □□□□0Åú1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ ICP-Brasil1;09□□U□□2Servico Federal de Processamento de Dados - SERPRO1;09□□U□□2Autoridade Certificadora do SERPROACF TIMESTAMPING0□□ 191024205953Z□ 241022205953Z0ÅÍ1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ ICP-Brasil1□0□□□U□□□336831110001071(0&□□U□□□Certificado de Carimbo do Tempo1□0□□□U□□□ARSERPRO1;09□□U□□2Autoridade Certificadora da SERPROACF TIMESTAMPING1301□□U□□*SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 501100Ç□"0 □ *ÜHÜ˜ □□□□□Ç□□0Ç□ □Ç□□®v»ù□bIb¬□V□ □≤o_Â'LÄ≠nüfl{ÒÙe0—…Δ÷Ω°ÉS˝Ω□á•–<]ªªU…⁄µàî'î□»ç-□j¢"?'ÿ□ß□□W®_-`«j!íls�sum;~îôd…îi–□)M«»u¡Ω'…∂ÿ, [ÍuÒ≈fiT;Õ,Làm ≈¿/î‹G1§#ó´*□≤éª ◊ â□pÚÃa}□gŒlıx"5U';ƒË–l,˝□`†vEù}□Åä}Ø;nΔ□5Ëfl¶=9Î˜□□∫/â□≤Œ□óYß□TLZ□åË®v›□_x: (YÙ¿˚MÊÜá·Ωå36ñg□›on÷à¸â(u¥§d´B□àO#ôúp□,#□□□□£Ç□}0Ç□y0□□□U□#□□0□Ä□U!Ø"QØ]□¡Ô¢b*V3ÓRä´ª0^□□U□ □W0U0S□□`L□□Ç/□0H0F□□+□□□□□□□□□:http://repositorio.serpro.gov.br/docs/dpcacserproacfts.pdf0Åà□□U□□□ÅÄ0~0<†:†8Ü6http://repositorio.serpro.gov TECNOLOGIA SAÇ*SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50110†8□□`L□□□†/□-08071966600864839000000000000000000000000000†#□□`L□□□†□□□ALEXANDRE DE CARLOS BACK†□□□`L□□□†□□□04441528000157Å□carimbodotempo@bry.com.br0□□□U□□□□˘□□□□□‡0□□□U□%□□˘□0 □□+□□□□□□□0 □ *ÜHÜ˜ □□□□□Ç□□u⁄∞Î°¶„|ø´flãP6Ì1?ßıê√ô–úÃB'ùXàvñ™ôÂ□mÄ□Â¢Ì□v-U5=˙®‹ÁU[˙Éßkñ□∂□ ¼É&□ñ¡□µ□v˘óhÚl(~™ü *ÖR÷Å¢□□;□Ë≤QD>{"1 îa¡5 ¡+ °JTOpÊº˚OoŒj□YwÁËzΔÿÍ—□ã,Ò!À□∑□T¶Ùi¶ÈÒs∫3•□Ì=kØ-h□E÷uÿx¸ûa®$ë˝□¸tn]ÿ%áãñÒtÎÓ/˜□7åWËã¢□¸É.F˚fi¸Â‰¡õÈoÛW‹3YÄaÇÊU □0 1öó(≤µQi4Í>π]j<ä§□Œ□ÛÖK□¯g˙xô'□K!ÍhM□□<Æª#Ò|□"cVÌ(}vòT□Q›7á¸§Ìk€§ ”£Ø□í□_Ö1∑¡=QBí% π§x8(¿lÔ□— j”wyn“†$í$ad\o∫õõ†·□ù©@v□|aôlp□□£—□ÂàªN6u=4Ù≤ÔîÙÇ□Δé2□□Òò<Èp°¡Ô□ß%≈qÅ ö~k□QŒ§]“¿‘⁄ÒZù>(çzñ? ¸(ú□›Sì&ßë7Ùı&^(rp2rfl□ÑñYHE÷»ıÑ□Q‡S≈ !wdAÊΔÑé'T=YË©ñív€≤Ò5E˚B”Û'Të©□M…ºú¬□b□a¢¸T:†áfl□c□céô¬B˚WM… Ê1Ç□X0Ç□T□□□0Å£0Åú1□0 □□U□□□□BR1□0□□□U□ ICP-Brasil1;09□□U□□2Servico Federal de Processamento de Dados - SERPRO1;09□□U□□2Autoridade Certificadora do SERPROACF TIMESTAMPING□□□A0 □ `ÜH□e□□□□□†ÅÜ0□□ *ÜHÜ˜ □ □1 □□*ÜHÜ˜ □ □□□0/□ *ÜHÜ˜ □ □1"□ _DàµŒÀ='¥,"Û□□∑f'□Ôá□≥ëXÎœèÊ□ÙÑÑ07□□*ÜHÜ˜ □ □□/1(0&0$0"□ «Ω"È□$T£□|ì€□àÆïï®˝lï‹ñr3 ˝ù$fio.0 □ *ÜHÜ˜ □□□□□Ç□à□h6ÉÚ7˙O)øG›íD(æP€□éh|≤IÌƒçB□qRÅ□Ë∞(□Ôm0∫□˙ó□Ú"ƒWq"÷Âg%□□sZí□ ïZ□˚/Y…h»3úÍΔy□ç.ÉY∏□˚ımB Òë□ÿ¶"}□d□∫òGoõFòM □¿vfiqä'h}Œæ□≥9Û^™4¥s□Ü4□ñ≠úO= □œ@yŸ□^ÃR±□8}´†'r•˘□8H□¸ññf˝□5□□ì°K‰fÌ□´ù¬e—√~òUàÅ6≠ø□Ï□äé¸Í□b˝˜[ä5˘yÍÀ¬5å–§!®Ó£≈2□ST˚"- Q0%ãM é□¡ñÆÍZJ>åmy>§¿–‡ëy